

## O poder de agência e a instituição dos paradigmas de conhecimento: subsídios para a análise do agir histórico em ambientes intelectuais

Renan Aguiar<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Renan Aguiar é doutor em Direito pela Universidade Federal Fluminense (Uff); mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Cândido Mendes (UCAM)

**RESUMO:** Associando as teorias de Thomas Kuhn e de Cornelius Castoriadis, este trabalho aborda o agir histórico em ambientes intelectuais. As ações dos agentes encontram-se premidas entre o conjunto de possibilidades disponíveis em uma determinada época e sua inventividade, bem como sua capacidade para de divergir do conjunto teórico vigente. Segundo Kuhn, notabilizado pelo estudo acerca do paradigma de conhecimento científico, a escolha de um novo paradigma não é determinada por regras lógico-rationais, mas sim por generalizações simbólicas, modelos, valores e exemplos compartilhados, que muitas vezes faz com que o debate científico se assemelhe mais à prática da retórica que ao conhecimento científico normal. Por outro lado, Castoriadis pensou o imaginário como o instituidor de visões de mundo. Ou seja, os padrões sobre como se pensa sobre algo são instituídos pelo poder imaginativo que, também, promove rupturas com o pensamento anterior. Ao articular agência, paradigmas de conhecimento e imaginário, o trabalho propõe uma interpretação complementar entre as teorias de Kuhn e Castoriadis, oferecendo novas percepções sobre os processos revolucionários nas práticas intelectuais.

**Palavras-chave:** poder de agência; paradigmas científicos; imaginário.

**ABSTRACT:** Combining the theories of Thomas Kuhn and Cornelius Castoriadis, this work addresses historical action in intellectual environments. The agents' actions are pressed between the set of possibilities available at a given time and their inventiveness, as well as their ability to diverge from the current theoretical set. According to Kuhn, notable for his study of the paradigm of scientific knowledge, the choice of a new paradigm is not determined by logical-rational rules, but rather by symbolic generalizations, models, values and shared examples, which often makes the scientific debate resembles the practice of rhetoric more than normal scientific knowledge. On the other hand, Castoriadis thought of the imaginary as the creator of worldviews. In other words, the patterns on how to think about something are established by imaginative power, which also promotes ruptures with previous thinking. By articulating agency, paradigms of knowledge and imagination, the work proposes a complementary interpretation between the theories of Kuhn and Castoriadis, offering insights into revolutionary processes in intellectual practices.

**Keywords:** agency power; scientific paradigms; imaginary.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta subsídios teóricos para a interpretação do agir na história. Articula-se as ideias de “agência”, de “paradigmas de conhecimento” e de “imaginário”, constituindo uma plausível explicação sobre os processos revolucionários no âmbito das práticas intelectuais. Para tanto, interpretou-se as concepções teóricas de paradigma científico (Thomas Kuhn) e de imaginário radical (Cornelius Castoriadis) adequando-as mutuamente, de forma a proporcionar a complementariedade entre elas.

Oriundos de tradições distintas - o primeiro um cientista e o segundo um teórico político - caminharam por trilhas diferentes: Kuhn da História das Ciências à Epistemologia e Castoriadis da Teoria Política à Psicologia, passando pela Filosofia. Com trajetórias diferenciadas e uma preocupação coincidente: o conhecimento, ambos negaram a verdade objetiva e passível de revelação. Relativizaram sem transformarem-se em relativistas, concordaram em muitos pontos, divergindo em tantos outros, mas nunca se comunicaram, o que será realizado neste trabalho, a partir da interpretação dos principais conceitos de seus trabalhos.

Thomas Kuhn propõe, em *A estrutura das revoluções científicas*, uma visão de progresso científico que choca os círculos científicos de sua época, ao substituir o historicismo pelo progresso revolucionário. Para Kuhn, a ciência não progride através de teorias que se substituem contínua e qualitativamente no tempo. O progresso é proporcionado pela ruptura entre modelos científicos que se sucedem pela descontinuidade de suas formulações e nunca pela linha reta e perfeita. O essencial para o progresso científico, segundo o historiador das ciências, é o movimento, mas esta dinâmica não possui direção pré-determinada.

Para a explicação destas ideias, Thomas Kuhn constrói um instrumental teórico que se popularizou nos círculos acadêmicos, tais como: paradigma, crise de degenerescência, revolução científica, ciência normal e tantos outros que já se desprendem do uso original de seu autor. É sobre o progresso, em especial sobre a instituição dos paradigmas das ciências, que se encerra a primeira parte deste trabalho. Em seguida, prossegue-se com a busca pela gênese dos paradigmas, estabelecendo-se o encontro entre o historiador das ciências e o psicólogo social.

Castoriadis, o psicólogo social em questão, disserta, a partir do imaginário, sobre a instituição das visões de mundo e, conseqüentemente, de todos os institutos que fogem

ao controle da razão moldada por padrões preestabelecidos. Não seria o paradigma científico um exemplo de conjunto de crenças, valores, modelos instituídos de forma alheia à lógica sistêmico-funcional? Esta é a pergunta que o encontro das diferentes tradições pode responder e por onde caminhará o texto que segue.

## 2 PARADIGMA DE CONHECIMENTO

O consenso em torno do paradigma de conhecimento descontextualizador e dogmatizante guiado pela física e matemática encontra, hoje, oposições diversas, porém, coincidentes na definição de ciência em função de pressuposições implícitas, como: concepções de mundo, esquemas de valores, opções ético-políticas e estratégias argumentativas, irredutíveis, no entanto, a critérios exclusivamente de confirmação, comprovação ou falseamento (MENDONÇA, 2012).

A desdogmatização/desformalização da ciência, a partir da reflexão prática, determina-se pela frustração a que conduziram sucessivas tentativas para encontrar os primeiros princípios fundadores das ciências e a necessidade prática de se oferecer respostas às questões de conceitualização e de métodos, requeridas pelas vertiginosas mudanças impostas pelo sucessivo progresso. Aliada, ainda, à reflexão prática, a concepção filosófica contrária à ideia estática do ser resgata o devir histórico relativizando as proposições implícitas da metodologia positivista.

Cunhada por Thomas Kuhn, a concepção de paradigmas científicos, como será discutido a seguir, é o padrão autorizado para o fazer ciência, o que, em si, destoa radicalmente do objetivismo apregoado na ciência moderna e oferece um golpe comparável àqueles impostos por Karl Popper e Wittgenstein ao Círculo de Viena. Kuhn, além de criticar a epistemologia moderna, oferece um instrumental coerente e alternativo à visão formalista de ciência que prosperou nos círculos acadêmico-científico da modernidade e dá, no final do século XX sinais de esgotamento (SANTOS, 1989).

### 2.1 Paradigma de Conhecimento Científico

A noção de paradigma, em *As Estruturas das Revoluções Científicas*, é empregada em diversos sentidos. No entanto, Thomas Kuhn, no posfácio de 1969, enfatiza dois desses sentidos: o de exemplos compartilhados e, de forma mais genérica, o de matriz

disciplinar. O paradigma como exemplo compartilhado é aquele universalmente aceito pelos membros de uma determinada comunidade científica como solução para problemas semelhantes. Já o paradigma como matriz disciplinar é composto por: generalizações simbólicas, modelos e valores, além de exemplos compartilhados. A generalização simbólica expressa em fórmulas matemáticas ou em palavras comuns reflete os elementos formais ou formalizáveis contidos na matriz disciplinar, compreendidos como “leis da natureza”. Os modelos são os elementos metafísicos contidos na matriz disciplinar, as crenças que dizem respeito à natureza das coisas. Por exemplo, o calor como energia cinética das partes constituintes dos corpos. Por último, os valores são os elementos de caráter mais geral contidos na matriz disciplinar, que dizem respeito tanto a aspectos teóricos quanto metodológicos. São os valores que permitem aos cientistas julgar suas realizações e avaliá-las. É o que ocorre, por exemplo, quando se diz que uma teoria é mais simples que outra, ou que explica mais que outra (KUHN, 1997).

Apesar da polissemia do termo “paradigma” na obra de Kuhn e, também, dos seus diversos “elementos”, o historiador das ciências trata os exemplos compartilhados como o principal sentido do termo “paradigma”, o que encontra razão na observação segundo a qual sem “o exemplar”, as teorias científicas e as leis não têm qualquer aplicabilidade ou conteúdo empírico. O jovem cientista – em formação – aprende a fazer ciência sendo exposto a exemplos em que as teorias ou leis resolvem problemas e explicam fenômenos (KUHN, 1997).

O paradigma (exemplo compartilhado) que resolve pioneiramente problemas científicos possui papel central no surgimento de uma disciplina científica (ou no seu renascimento), após uma revolução científica. A gênese de um campo de saber só se torna possível quando um grupo de pesquisadores se dispõe a solucionar determinados problemas sob um certo paradigma. É a aceitação de um primeiro paradigma que transforma um grupo de diletantes e curiosos em um grupo de cientistas profissionais, que investiga fenômenos de maneiras bem definidas, delimitando os problemas segundo formas predeterminadas de resolvê-los. Este período em que os cientistas pesquisam sob a orientação de um paradigma, denominado por Kuhn, de ciência normal, surge quando, ao final de um período pré-paradigmático, um dos candidatos a paradigma vence seus competidores e triunfa naquele campo de investigações.

A ciência normal se dedica a pesquisar teórica e empiricamente três classes de problemas: (1) a natureza das coisas; (2) o aumento da coerência entre teoria e fato e entre teoria e fatos novos. (3) a solução de ambiguidades. Por exemplo, Newton indicou que a força entre duas unidades de massa à mesma distância seria igual para todos os tipos de matéria, em qualquer lugar do universo. A ciência normal é a atividade de solução dos problemas de maneira previamente determinada pelo paradigma, e daí deriva sua rigidez. Como ocorre com um quebra-cabeça de que se conhece previamente a solução – embora se desconheça os pormenores do conteúdo e o processo de solução –, o paradigma que o cientista adquiriu, durante a sua formação profissional, fornece-lhe as regras do jogo, descreve-lhe as peças com que deve jogar e indica o resultado a ser atingido. Ainda segundo Kuhn, a inserção em uma determinada comunidade científica se dá pelo aprendizado de categorias e formas de pensamento que subjazem às regras, ocultas em toda a condução da ciência normal. Primeiro se aprende a falar, para depois se conhecer a estrutura da linguagem falada e escrita, ou seja, primeiro se aceita o paradigma, para depois se tomar conhecimento das regras (KUHN, 1997).

Durante os períodos de ciência normal, os problemas admitidos como científicos são resolvidos em conformidade com os padrões encontrados no paradigma que pode ser parcialmente traduzido em regras que guiam à atividade científica. Um paradigma é, principalmente, a solução exemplar de um problema visto como particularmente relevante para os pesquisadores que se dedicam às investigações de determinada área científica. Assim, o paradigma apresenta uma solução suficientemente convincente para o problema, e, ao mesmo tempo, permite pesquisas subseqüentes. É nesse sentido que o paradigma é uma promessa de sucesso e não um sucesso completamente realizado. Por isso a ciência normal é vista, por Kuhn, como o conjunto de iniciativas para tornar tal sucesso efetivo. Se um paradigma solucionar um problema sem deixar nada para pesquisas posteriores, não será encarado como um guia fecundo para pesquisas futuras. Assim, um paradigma é aceito não apenas como realização notável, mas também por ser um modelo fecundo (KUHN, 1997).

## 2.2 Crise e Ruptura

A atividade de ciência normal, rígida no afastamento de novidades, paradoxalmente leva ao surgimento de novidades que põem em risco o próprio paradigma. Muitas vezes, fazendo pesquisa normal, com certas expectativas, o cientista se dá conta de que algo saiu errado. Há aí uma anomalia. A anomalia é a frustração de uma expectativa, induzida pela pesquisa, sob um paradigma. Em parte, seu surgimento se deve ao próprio fato de que um paradigma é mais uma promessa de sucesso que um sucesso realizado. A pesquisa em ciência normal, sendo a efetivação dessa promessa, leva às investigações que são induzidas pelo paradigma, mas que podem conduzir a problemas, cuja solução não é possível no interior do próprio paradigma.

As anomalias não atingem apenas o paradigma, enquanto exemplos compartilhados, mas, também, a matriz disciplinar e, quando a atinge, cai por terra todo o paradigma. Um exemplo foi a “descoberta” da dilatação do tempo pela teoria da relatividade de Einstein. Existem anomalias, conduzidas pelo paradigma compartilhado, mas que não são resolvidos com recursos desse próprio paradigma. Deve-se constatar, portanto, que o surgimento da anomalia é o resultado da própria pesquisa de ciência normal e das investigações orientadas pelo paradigma. Assim, na própria ciência normal já se encontra o germe das revoluções científicas, que são essenciais ao progresso científico.

A tomada de consciência dos cientistas sobre uma anomalia leva o campo de pesquisa a uma crise que – se agravada – fará surgir uma competição entre candidatos a paradigmas, como ocorre no período pré-paradigmático. A crise pode ter desfechos diferentes: (1) o problema pode ser resolvido no interior do próprio paradigma e a ciência normal continua por mais algum tempo; (2) pode ser deixado de lado por não possuir solução momentânea ou (3) no caso de sua solução se contrapor ao paradigma vigente, surgirá um novo paradigma. Durante os períodos de crise, discute-se sobre os próprios fundamentos da disciplina, o que nunca ocorre nos períodos de ciência normal. Porém, por mais grave que possa ser a crise, os cientistas não abandonam o antigo paradigma, a não ser que uma alternativa se apresente, pois se o fizerem, sem aderir a um novo paradigma, deixariam de fazer ciência.

A racionalidade e a veracidade do conhecimento científico só são compreensíveis a partir do paradigma vigente, já que é este que proporciona o conjunto de sentidos às

suas práticas científicas, uma vez que, no momento de transição paradigmática – ou seja, fora da vigência de um paradigma –, serão encontrados cientistas que defendem o paradigma antigo e outros partidários daquele que está por vir, o que torna o debate sem solução por parâmetros científicos, transportando o embate para o campo da Retórica.

Os critérios de escolha do novo paradigma não funcionam como regras determinadoras da escolha, mas como valores que a influenciam. Os valores podem mostrar-se ambíguos na aplicação, tanto individual como coletiva, isto é, pode ser uma base insuficiente para o critério partilhado de escolha. No entanto, os valores especificam muita coisa, como aquilo que o cientista deve considerar ao atingir uma decisão, o que pode e não pode considerar importante, e o que se lhe pode legitimamente exigir como base para a escolha que fez. Se tal lista fosse alterada, incorporando-se a utilidade social como critério, o resultado seria outro e provavelmente mais próximo das escolhas de um engenheiro. Caso fosse retirada a precisão, a escolha, grosso modo, seria mais parecida com a do filósofo. Disciplinas diferentes caracterizam-se, entre outras coisas, por conjuntos diferenciados de valores. Assim, para Kuhn, no momento da crise, a competição entre os candidatos a paradigma será resolvida pelos valores compartilhados pela comunidade de cientistas. (KUHN, 1977)

Kuhn, ao definir o espaço da solução parcial do conflito entre quase-paradigmas como um espaço argumentativo, atinge em cheio os modelos formalistas de ciência que vêem aí uma prática guiada por formas preestabelecidas, objetivistas, atemporais, universais. Constrói, então, uma teoria pluralística da sucessão histórica das teorias científicas, como James, de forma simplificada, já havia prescrito (JAMES, 1979). Para Thomas Kuhn, no entanto, a troca de paradigma é um fenômeno muito mais profundo e amplo que a refutação de uma teoria. Numa revolução científica, com a troca de paradigma, há mudanças: (1) substantivas, que dizem respeito aos objetos que compõe o mundo e suas propriedades e relações e, também, (2) não substantivas, que dizem respeito a métodos, padrões e critérios que regulam a atividade científica.

Todos os elementos contidos no paradigma, como matriz disciplinar, mudam com a troca de paradigma. Há alteração da ciência, tanto no que diz respeito à forma como ela vai ser feita, quanto no que diz respeito ao mundo que ela vai investigar. A revolução científica não muda, apenas a ciência, mas o próprio mundo que ela investiga, de forma que os paradigmas se mostram incomensuráveis não sendo possível traduzir

completamente uns aos outros, como afirma Koyré sobre a “revolução espiritual” do século XVII: “o homem, como às vezes se diz, perdeu seu lugar no mundo ou, dito talvez mais corretamente, perdeu o próprio mundo em que vivia e sobre o qual pensava, e teve de transformar e substituir não só seus conceitos e atributos fundamentais, mas até mesmo o quadro de referência de seu pensamento” (KOYRÉ, 1986, p. 145).

Kuhn afirma que, embora o mundo não mude com uma revolução científica, depois dela, o cientista trabalha em outro mundo. Ao afirmar que o mundo não muda com uma revolução científica, ele expressa a ideia de que o real existe, ou seja, nega relativismo, mas ao afirmar que, após uma revolução, o cientista trabalha em outro mundo, expressa sua posição sobre a incomensurabilidade da realidade, o que faz da ciência uma atividade de construção e não de revelação. Embora não negue a existência de um mundo independente, não seria tal mundo o que conhecemos, mas aquele que é construído pela ciência que o paradigma nos dá. Ao construirmos uma imagem do mundo, não estamos construindo o próprio mundo. Para Kuhn, como não há certeza sobre o mundo real, não é possível verificar-se assertivamente suas representações, não havendo outra escolha que a de se trabalhar com os paradigmas (RORTY, 1994)

Portanto, a sucessão de paradigmas em revoluções científicas é um fenômeno de descontinuidade e ruptura na história das ciências, um fenômeno necessário e inevitável, uma vez que decorre da própria natureza da atividade a que damos o nome de ciência. Mas se é assim, como se explica a aparente continuidade e acúmulo? Essas noções decorrem: (1) da ciência normal e (2) do fato de que, depois de uma revolução, o novo paradigma, orientando um novo período de ciência normal, leva-o a reescrever a própria história da disciplina, apresentando-a de forma contínua e cumulativa, e interpretando os desenvolvimentos passados como antecipações às realizações presentes. Esse fenômeno ideológico é comparado por Kuhn com o que George Orwell descreve em 1984, no qual a história era constantemente reescrita de acordo com os interesses imediatos (ORWELL, 1984). Nesse processo de invisibilização das revoluções, os manuais científicos, utilizados na formação dos cientistas, desempenham um papel preponderante.

Mais difícil que entender esse fenômeno de invisibilidade das revoluções científicas é, entretanto, entender em que sentido esse desenvolvimento da ciência, através de revoluções, com rupturas e descontinuidades, pode ser compatível com a ideia de progresso. Se, através de revoluções, não são preservadas as soluções oferecidas para

os problemas e nem mesmo os próprios problemas, então, que tipo de progresso é este através de revoluções de que fala Kuhn? Não se trata, obviamente do progresso em direção à verdade, como na visão moderna. Ao se desenvolver, através de revoluções, a ciência nada preserva, mas aumenta sua capacidade de resolver problemas. Dessa forma, a história das ciências não é uma história cada vez melhor das representações do mundo, mas apenas a história de um aumento da capacidade de resolver problemas. Isto quer dizer, em suma, que, se o progresso é também uma característica essencial da ciência, essa é entendida por Kuhn como o desenvolvimento que leva os cientistas a serem indivíduos cada vez mais aptos para resolver problemas. Kuhn apesar de aceitar o progresso científico o aceita de forma não cumulativa, fazendo com que a escolha entre paradigmas alternativos não possa ser fundamentada nas condições teóricas de cientificidade, visto que elas próprias entram em processo de ruptura paradigmática.

### 3 O PODER DE AGÊNCIA NO AGIR HISTÓRICO

A *Estrutura das revoluções científicas* vê o progresso da ciência como um processo não cumulativo e gradativo de conhecimentos, mas sim como um processo crivado por rupturas e revolucionárias do modo de se pensar e fazer a ciência. A revolução é o momento de desintegração dos dogmas científicos e da busca por novas formas de soluções exemplares que poderão vir a transformar-se em paradigmas para a comunidade científica. A adoção de um paradigma científico, para Kuhn, é decidida por atores históricos que, em última instância, decidirão, legitimarão, instituirão, validarão as teorias exemplares. Como estes atores “descobrem” seu paradigma? A esta pergunta, apesar de breves tentativas, Kuhn não respondeu, deixando o espaço para complementações e/ou associações, como o fez Rorty e como será proposto, neste texto, ao se introduzir o pensamento de Cornelius Castoriadis, em oposição ao de Richard Rorty (RORTY, 1994). No domínio do humano (sociedade, comunidade, homem), a singularidade é o que diferencia seus semelhantes. No entanto, nem o homem, em particular, ou a sociedade deixam de pertencer a um gênero, o que indica similaridades entre estes dois entes. Suas singularidades refletem a realização de potencialidades constituídas historicamente. Não são frutos de uma determinação passível de ser reproduzida. A tarefa do filósofo seria relativamente fácil se diante das observações acima encaminhasse seus estudos para a

descoberta dos determinantes das singularidades do homem e da sociedade, e quando os descobrisse exercesse seu raciocínio lógico para a determinação da essência do homem e da sociedade. Este raciocínio traz em si a ideia de que todas as potencialidades sociais e humanas estão predeterminadas, cabendo ao estudioso descobri-las (retirar o véu existente entre o conhecimento e a ignorância). As formas de sociedade e os tipos de indivíduos que surgem na história não pertencem a uma lista, embora pudessem ser infinitas as possibilidades já postas. São criações, a partir das quais aparecem novas possibilidades que anteriormente não existiam, por serem privadas de sentido. Seria como buscar a compreensão a partir de um determinado paradigma das criações circunscritas a outro paradigma (ENRIQUEZ, 1995).

Posta a questão sobre a essência do homem, esta não é inexistente, assim como não é determinável. A essência do homem é a capacidade de criação, que não se comporta como algo objetivamente constituído, mas sim em constante construção e conseqüente transformação. Certamente, a criação não é total indeterminação, mas necessita de uma certa indeterminação do ser no seu conjunto. Desta forma, aquilo que *é* não *é* jamais que exclua o surgimento de novas formas e novas determinações. O que *é* não *é* jamais fechado. O que *é* *é* aberto, ou o que *é* *é* sempre, também, a *ser*. A criação é a ruptura com o que estava posto que acaba por criar novas determinações que lhe dão sentido. A criação é a capacidade de fazer surgir o que não estava dado e que não pode ser derivado a partir daquilo que já era dado e é esta capacidade que corresponde ao sentido radical da imaginação. Imaginação não é apenas a capacidade de combinar elementos já dados para produzir um outro. A imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova.

A racionalidade e a lógica, na forma funcional, caracterizam todos os seres vivos, mas, segundo Castoriadis, o que faz a essência do homem é a imaginação criadora. Como fazer crer que o tempo é relativo e subverter toda uma obviedade contrariando aos relógios? A lógica e a racionalidade impõem um pensar circunscrito a um determinado paradigma insensível a subversões oriundas dele mesmo, porém é a imaginação responsável pela criação do novo, do novo paradigma. O homem possuindo como essência sua imaginação, esta é viabilizada pela sociedade historicamente constituída, e é nestes dois níveis o individual e social-histórico que se encontra a capacidade de criação, ou seja, a imaginação. Há uma imaginação radical da psique, isto é, há o surgimento

perpétuo de um fluxo de representações, afetos e desejos indissociáveis e, com efeito, incontroláveis. Não é, no entanto, a psique quem cria a lei, a ideia de lei ou a linguagem, ela os recebe do exterior, e com a linguagem todas as significações imaginárias sociais que a linguagem veicula e torna possível (CASTORIADIS, 1997).

A linguagem é uma criação do coletivo anônimo, é o imaginário instituinte, é o imaginário social, por onde temos acesso a uma dimensão estritamente lógica identitária-conjuntista, em toda linguagem dois mais dois são quatro, no entanto é através da linguagem que expressamos nossas criações, como a ideia de nação, pecado, vida eterna... Só é possível pensar o imaginário, criador da linguagem, das instituições, dos costumes, como a capacidade criadora do anônimo coletivo que se põe em funcionamento cada vez que os homens se reúnem em comunidades, tribos, nações (CASTORIADIS, 1982).

O conhecer e o agir do ser humano são, portanto, indissociavelmente, psíquicos e social-históricos. Esses dois pólos, a psique e a sociedade, não podem existir um sem o outro, e não são redutíveis um ao outro. Tudo aquilo que encontramos de social em um indivíduo, e mesmo a ideia de um indivíduo, é socialmente fabricado ou criado em correspondência com as instituições de uma determinada sociedade. Para encontrar alguma coisa no indivíduo que não é verdadeiramente social deveríamos chegar ao último núcleo da psique, a mônada, onde estão os desejos mais primitivos. Na busca do conhecimento, o homem cria os sentidos para as coisas, os elabora e os tem como completos, fechando-se nestes sentidos até que um ato de criação rompa com o conhecimento herdado e crie novos sentidos. Este ato de ruptura é descrito por Thomas Kuhn, no âmbito da ciência como uma revolução científica (CASTORIADIS, 1982).

O ato de ruptura é precedido pela disposição de por em dúvida as representações instituídas e herdadas da coletividade. Abre-se assim uma interrogação indeterminável na busca do fundamento último das instituições sociais, este ato de desconstrução pode resultar na ruptura com sentidos, outrora criados, proporcionando a construção dos novos sentidos. A essência das sociedades é criada no processo histórico, o que significa dizer, por exemplo, que a sociedade brasileira é reconhecida como tal por uma série de instituições formuladas no passado e projetadas para o futuro. No entanto, a dinâmica da vida social proporciona o questionamento de tais instituições a todo o momento o que, diante de novas criações, pode resultar em uma mudança de sua essência, ou seja, o ser da sociedade é dinâmico e nunca estático e predeterminado. O homem, assim como a

sociedade, pode criar a reflexão e a deliberação, através das quais altera as leis do seu próprio ser.

As instituições imaginárias sociais possuem a característica do não percebido, ou seja, são tidas como naturais, como verdades não criadas, que sempre existiram. As leis do mercado, tão reverenciadas, são um exemplo claro de instituição naturalizada e, hoje, de difícil compreensão como algo criado e não natural. Por que a lógica da troca de mercadorias deve ser a do acúmulo privado e não a da igualdade segundo a necessidade? É da essência do homem? Mas que homem? Pensar o homem ocidental moderno como egoísta é pensar a sociedade moderna como instituidora de mecanismos que privilegiem estas relações, no entanto não parece que todas as sociedades sempre compartilharam deste paradigma. Neste sentido, as relações de trocas nas sociedades indígenas possuíam um outro ser (espécie) que não o humano? Ou constituíram um outro *ser* que não compartilhava das mesmas instituições da sociedade contemporânea?

Apesar de sua naturalização, seu questionamento, enquanto processo, é o elemento provocador das novas criações e conseqüentes rupturas, dando lugar ao novo. Há em todas as sociedades, subjacente às criações herdadas, a ideia de verdade que, como criações, devem ser entendidas como historicamente circunscrita. Diante desta afirmação, o movimento de ruptura com a verdade herdada se dará na história, ou seja, a reflexão que leva à ruptura é fruto da imaginação criativa e, por serem todos dotados de imaginação, a criação original de uns pode ser compreendida por outros.

Resumidamente, conforme explicitado, por Castoriadis, subscreve-se dois tipos de imaginários: o imaginário radical e o imaginário social. O primeiro pode ser definido como capacidade da psique de criar um fluxo constante de representações, desejos e afetos. Esta noção se diferencia da ideia de imaginação como sonho ou engano para acentuar a ideia de criação. Para Castoriadis, o imaginário radical é a característica central da psique: o que *é*, é produzido pela imaginação radical, implicando na criação e não só repetição ou combinações sobre uma quantidade predeterminada e finita de representações. Já o imaginário social é a posição de um magma de significações imaginárias, e de instituições que as conduzem e transmitem. É o modo de apresentação da imaginação radical no âmbito do conjunto, produzindo significações que a psique não poderia produzir por si só. É a instância de criação do modo de uma sociedade, dado que

institui as significações que produzem um determinado mundo levando a emergência de representações, afetos e ações próprias dele mesmo.

#### 4 CONCLUSÃO

De forma exploratória e sob um tom ensaístico, pode-se observar a possível complementaridade das teorias de Thomas Kuhn com as de Cornelius Castoriadis, em especial, a ideia de imaginário radical com o processo de ruptura dos paradigmas de conhecimento nos momentos de crise e naqueles que inauguram o novo paradigma. Quando a comunidade de cientistas trabalha a ciência normal, produzida sob a égide de um paradigma, limita-se a reproduzir o imaginário herdado dos cientistas predecessores, resolvendo problemas cujas soluções estão previamente inscritas no próprio paradigma científico, mas quando “descobertas” causam fissuras no paradigma vigente, os dogmas científicos são postos em questão. É exatamente no momento da “descoberta” divergente do paradigma que parece agir o imaginário radical do cientista, como poder de agência, pois a prática científica deve abstrair as possíveis respostas do imaginário científico herdado para propor um problema sem solução à luz do paradigma dominante. (BRECKMAN, 1998).

A ruptura de paradigmas indica a ação do poder de agência do imaginário, pois este é capaz de libertar-se do conjunto de valores, exemplos compartilhados e demais características dos paradigmas científicos, proporcionando uma crise no modo de se fazer ciência. Assim, se não fosse o exercício do poder de agência do imaginário, o paradigma de conhecimento seria reedificado, mas como o imaginário radical não se submete ao paradigma herdado, torna-se capaz de questioná-lo através de problemas cuja solução não é presumível como a de um quebra-cabeça. Diante da crise, concorrerão novos candidatos ao título de paradigmas científicos, abrindo novamente espaço para a atuação do imaginário radical que terá por tarefa a instituição do novo paradigma, criando uma nova convenção para a ciência normal – paradigma.

O poder de agência do imaginário radical não se limita aos momentos de ruptura, agindo, possivelmente, também na prática da ciência normal, mas é, especialmente nos momentos de crise que a ideia de Castoriadis parece preencher uma lacuna deixada por Kuhn, ou seja, na determinação da força que move o cientista para fora da lógica do paradigma – o que não pode ser explicado pelos instrumentos inscritos na lógica

dogmática predominante do paradigma científico. Assim, Thomas Kuhn e Cornelius Castoriadis, autores formados por tradições diferentes do pensamento e que nunca se comunicaram podem servir um ao outro no aprofundamento da compreensão das rupturas com saberes herdados, científicos ou não.

## REFERÊNCIAS

- BRECKMAN, Warren. Cornelius Castoriadis contra Postmodernism: Beyond the "French Ideology". **French politics and society**, p. 30-42, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius; CURTIS, David Ames. **World in fragments**: Writings on politics, society, psychoanalysis, and the imagination. Stanford University Press, 1997.
- ENRIQUEZ, Eugène. Vida psíquica e organização. **Organizações & Sociedade**, v. 3, n. 4, 1995.
- JAMES, William. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- KUHN, Thomas. **The essencial tension**. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- MENDONÇA, André Luís de Oliveira. O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos. **SCIENTIAE studia**, v. 10, p. 535-560, 2012.
- ORWELL, George. **Mil novecentos e oitenta e quatro**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1984.
- RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 198